



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia nove de junho de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente: “vou paralisar a reunião por falta de quórum”. Decorridos alguns instantes, refeito o quórum, o Senhor Presidente anunciou prosseguiria a reunião e informou: “a seguir passaremos à votação do teor do ‘Em Tempo’ da Ata da Reunião Especial do dia doze de junho de dois mil e quinze referente à eleição para o cargo de Secretário da Mesa Diretora Biênio 2015/2016 em virtude da renúncia do vereador Nélio Aurélio de Souza ao cargo de Secretário titular da Mesa Diretora”. O Senhor Presidente informou que o referido ‘Em Tempo’ foi encaminhado aos gabinetes para os vereadores conferirem-no. Colocou-o em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou o ‘Em Tempo’ da Ata da Reunião Especial do dia doze de junho de dois mil e quinze. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício sem número ao vereador



Nélio Aurélio de Souza. Nova Lima, 25 de maio de 2015. Do Sr. Antônio João de Moraes, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos de Nova Lima e da Sra. Raquel Faria da Silva Coelho, Diretora de Trânsito. “Em resposta a sua solicitação, referente à colocação de redutores de velocidade na Av. Canadá, nº 323, Rua Benson, nº 173 e Rua Búfalo, nº 577, no Bairro Jardim Canadá, ficou assim definido: o Departamento de Trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, fica deferida a implantação de redutores de velocidade na Avenida Canadá, nº 355 e na Rua Benson, próximo ao nº 173. Informamos que o Rua Búfalo próximo ao nº 577 já se encontra devidamente sinalizado (enviada CI à SEMOS para execução do mesmo)”.

2) Ofício sem número ao vereador Nélio Aurélio de Souza. Nova Lima, 25 de maio de 2015. Do Sr. Antônio João de Moraes, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos de Nova Lima e da Sra. Raquel Faria da Silva Coelho, Diretora de Trânsito. “Em resposta a sua CI nº 28/2015, referente à instalação de placas proibido parar e estacionar na Rua Ministro Orozimbo Nonato no Bairro Villa da Serra, próximo ao Hotel Piemont, ficou assim definido: o Departamento de Trânsito, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, já executou a vossa solicitação”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 312/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. João Honório da Neiva”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, André Luiz Vieira da Silva e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente,



questão de ordem, eu queria... Boa noite pessoal, boa noite. Mas parece que esta Casa tem um entendimento aqui sobre os Títulos de Cidadão Honorário. Respeito muito o Sr. João Honório da Neiva, respeito muito, conheço sim a família, mas eu queria pedir o Senhor para eu não participar da comissão porque Nova Lima está passando por um momento de crise e só dá Título de Cidadão Honorário para cá e para lá. Então, eu quero sair da comissão, quero que o Senhor me tira da comissão, por favor. Quero que resolve é os problemas do servidor público”. O Senhor Presidente: “eu nomeio o vereador Gilson Marques para fazer parte da Comissão Especial”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu queria pedir à Sua Excelência, está até no momento exato, apresentação de proposições, e tem um projeto na Casa aí, do Colégio Santo Agostinho, e como o projeto é um projeto de suma importância, de tráfego ali, sujeito a acontecer ali... Porque os carros ficam parados na MG030 e não dá vazão para entrar no colégio. Já aconteceu de caminhão descer ali e, por sorte, não passou encima dos carros. Então, esse projeto está na Casa, eu queria que a Sua Excelência consultasse o Plenário e ele entrasse hoje, mas que tramitasse naturalmente, até porque o vereador Flávio me disse que tem umas dúvidas sobre o projeto. É só entrar na Casa para começar a tramitar. Eu queria que o Senhor consultasse o Plenário e pudesse pôr esse projeto de suma importância aí. São vidas que estão em jogo na rodovia”. O Senhor Presidente: “infelizmente, senhor vereador, realmente o vereador Flávio está com a razão, esse projeto tem complicações sim. Então, eu prometo para o senhor que na próxima reunião eu colocarei em pauta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tá. Deixa eu só... Questão de Ordem. Só... Que a Sua



Excelência falou, para eu explicar. Realmente o projeto tinha uma dúvida muito grande nele que a área era verde. A área não é verde. Tem documento já dentro do projeto que a prefeitura já mandou. Ela realmente parecia que... Eu também achei. Mas, eu pedi para pôr o projeto hoje porque vai tramitar, não vai ser votado. Então, já ajudava a andar. Eu... Tem vereador aí que deve saber do projeto, estou até querendo que algum se pronuncie porque, às vezes, pensa que eu estou interessado no projeto sozinho. Difícil, não é? Obrigado”. O Senhor Presidente: “quero dar as devidas explicações sobre este projeto. O projeto de desafetação da área verde frente ao Colégio Santo Agostinho para alargamento de pista encontra-se nos Anais da Casa para análise jurídica e técnica. Em análise preliminar foi detectado que este alargamento de pista será somente para transformar em estacionamento do colégio, sendo assim o mesmo não vai resolver o congestionamento da Rodovia MG 30, nesta oportunidade estão tentando regularizar uma área de reservatório de água do loteamento Vale dos Cristais, o qual infringiu a lei, ao implantarem em uma área verde número 21, que é área de preservação, onde o loteador deveria ter deixado as áreas de equipamentos públicos. O que nos estranha é que estão tentando entregar para o município em troca dessas áreas utilizadas no loteamento Vale dos Cristais uma área no parque Rego dos Carrapatos que de acordo com a Lei nº 2007/2007 (Plano Diretor) já está inserida como ZEPAM (Zona Especial de Preservação Ambiental). Então está...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só para esclarecimento”. O Senhor Presidente: “as devidas explicações estão relatadas neste documento e eu prometo que na próxima semana eu colocarei, se os vereadores concordarem, eu colocarei em pauta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza:



“Senhor Presidente, só para esclarecimento. Se está em ZEPAM, como a Sua Excelência disse, realmente está errado, isso tem que ser revisto. Agora, a informação que eu tenho é que ela não está agregada em área verde. Se tem essas divergências aí, semana que vem a Sua Excelência põe em Plenário e a comissão vai analisar se ela está dentro da lei ou não. A informação que eu tenho é que ela está bem justinha, mas...”. O Senhor Presidente: “no dia de hoje nós verificamos no mapa que realmente é ZEPAM”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Eu gostaria também... Boa noite aos vereadores. Boa noite aos funcionários presentes aqui hoje nesta nossa reunião. Eu gostaria também, Senhor Presidente, de um esclarecimento a respeito de projetos do Executivo que já estão na Casa. Um entrou vinte e dois de janeiro, hoje está fazendo cento e quarenta e quatro dias que ele está aqui, que é o projeto de anistia, e que muito vai ajudar as pessoas de Nova Lima para a regularização dos seus imóveis. Então, já está na Casa. Eu sei que através da sua assessoria de infraestrutura foi solicitado ao nosso Secretário de Planejamento, por duas vezes, informações a respeito desse projeto. E o Secretário de Planejamento já entregou essas respostas e o projeto continua guardado na Presidência. Então, é um projeto de grande alcance social. Então, eu gostaria que o Senhor também fizesse uma avaliação sobre esse projeto. Eu prometo para o Senhor que é a última vez que eu cobro em Plenário esse projeto, cobro em Plenário esse projeto, mas é de grande alcance social esse projeto. O outro projeto entrou dia onze de fevereiro, que é a regularização urbanística lá do Vale da Esperança. O pessoal está esperando com ansiedade para regularizar os seus imóveis. Então, também já está aqui desde onze de fevereiro. Eu sei



que foi solicitada informação. Eu tenho essas respostas ao Secretário de Habitação e ele também já respondeu para a Casa, para o assessor nosso a respeito desse projeto, e ele continua na Casa. E o PEP, que o Senhor retirou na última reunião, que é um projeto que vai atender imediatamente a necessidade financeira do município, o PEP, o Senhor retirou o projeto. Tinha uma reunião com o Secretário Ronaldo, então, eu estou querendo saber qual foi o resultado da reunião porque o projeto não está também na pauta. Então, qual que é o resultado, qual foi essa conversa que o Senhor teve com o Secretário Ronaldo para que esse projeto ainda hoje não entra em pauta. Então, são três projetos de grande alcance social para o município de Nova Lima. Mas estou prometendo para o Senhor, é o último dia que eu falo nisso aqui em Plenário, em Plenário, último dia. Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vou suspender a reunião por cinco minutos. Estou sendo convocado pelo oficial de justiça na antessala aqui. Fui convocado e, posteriormente, eu darei à senhora as informações. Dá licença”. Decorrido algum tempo, o Senhor Presidente: “vou retomar a reunião. Pediria aos vereadores que prestassem atenção. Com relação à eleição passada, hoje o vereador Silvânio Aguiar assumiu a Secretaria devido o vereador Nélio ter pedido para não ocupar o cargo de Secretário. E, apontando algumas irregularidades na eleição, o vereador Leci Alves Campos achou por bem ingressar na justiça. Eu vou ler aqui o trecho da decisão da Juíza da Segunda Vara. “defiro parcialmente a liminar para declarar nula a eleição do Secretário da Mesa, segundo acionado, e determinar à primeira autoridade coatora, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, que convoque, em 48 horas, nova eleição, até ulterior julgamento do mérito deste



mandamus”. Então, para que vocês entendam, ela pediu que anulasse a posse do vereador Silvânio Aguiar e, em cumprimento da lei, uma ordem da Juíza, eu terei que acatar e convocarei o vereador Flávio para assumir nesta noite a Secretaria. Com a palavra, o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu serei um eterno defensor do Poder Legislativo. Por quê? Este é o Poder que defende o povo, é bem claro na Constituição. Este é o Poder que representa esse povo. Se ocorre isso no meio de uma sessão plenária, como que eu posso assumir uma Secretaria? Se o desrespeito já chegou na Casa, eu ainda vou assumir o lugar de um companheiro meu do PT. É um absurdo. Então, senhores, eu já disse aqui que vou para a força é de pé. Então, eu não vou fazer isso, viu, Senhor Presidente? Respeito o Senhor demais. Não vou sentar aí, Silvânio, porque eu acho que aqui a soberania tem que existir. Teve uma votação. Eu acho que o senhor amanhã tem que ingressar... Que não é papel do senhor não, era papel da Casa sair em sua defesa. Mas o senhor não terá isso não, o senhor não vai ter essa defesa não. Então, eu, como sou um defensor do povo, sou um defensor das coisas corretas. Acho isso um total desrespeito e vou mais longe, senhores, o ponto que esse Poder chegou, eu começo a achar que isso aqui ficou caro, isso aqui está ficando caro para o povo porque pagar esta Casa e ainda não ter o Poder que os representa. A minha indignação é tão grande, senhores, que só vou ficar em respeito ao Sindicato que vai fazer o uso da fala porque a minha vontade é ir embora para casa. Porque tem que ter respeito com esse Poder, foi um desrespeito isso que ocorreu. E acho que o vereador Leci tem razão de entrar, de... É um direito dele. Mas o nosso, senhores... Isso não é partidário não. O de defender esse Poder passa pelos



senhores porque amanhã as pessoas que estão aí vão sentar aqui, e com o poder cada vez mais enfraquecido, enfraquecido por entendimentos errôneos. Porque uma decisão de Plenário, meus irmãos, ela é soberana e tem que ter o respeito. Então, Senhor Presidente, respeito muito o Senhor, mas sentar no lugar de qualquer um dos senhores aí, num momento desses, assim absurdo, eu não sento não. Obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu fui citado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também fui citado”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos e desde já convido o vereador Leci Campos para secretariar a nossa reunião nesta noite, o restante da reunião”. O vereador Leci Alves Campos: “boa noite, Mesa Diretora. Boa noite, vereadores. Boa noite, público presente. Eu vou esclarecer o motivo de eu ter ingressado na justiça para anular a eleição da Secretaria da Casa, ocorrida na última sexta-feira. Posso continuar?”. O Senhor Presidente: “pode continuar”. O vereador Leci Alves Campos: “e acontece o seguinte, Senhor Presidente. No dia da eleição, eu não concordei de o vereador participar como candidato para Secretário porque no nosso Regimento diz que não pode ser reconduzido para o mesmo cargo e eu entendo em todo o biênio. Eu entendo. Nesse momento, então, eu votei contra para não permitir, mas fomos vencidos por cinco a quatro. E eu ainda em casa fiquei pensando, se você entrar com uma emenda do Regimento Interno, você precisa de sete votos, porque que para escolher um candidato a Secretário precisou de cinco? Então, aquilo me incomodou um pouco. Aí eu procurei o advogado, expliquei o que aconteceu e ele falou assim ‘olha, se você não concorda, ingressa com um mandato de segurança, vê se você consegue uma liminar, através do Fórum, para poder a gente



anular, mesmo através de liminar, as eleições e novamente ter'. Então, eu assim agi e não é o motivo... Aí depois aconteceu a eleição, eu perdi, foi cinco a quatro. Aliás, perdi, mas para mim foi uma surpresa não ter tido os votos que eu esperava, mas são coisas que realmente acontecem, não vejo problema nenhum. E naquele momento eu já estava entendendo que o vereador Silvânio estava tendo cinco votos é porque a Casa queria que ele fosse o Secretário. Mas eu falei assim 'a Casa quer, a Casa votou, mas eu vou consultar a justiça'. E, assim, a justiça concedeu essa liminar que foi lida pelo Presidente José Guedes. Muito obrigado". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente, o Senhor me permite?". O Senhor Presidente: "com a palavra, o vereador Silvânio Aguiar". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente, eu quero agradecer ao vereador Flávio, dizer que concordo plenamente com a fala do senhor, vereador. Infelizmente esta Casa, realmente... É a coisa do tapetão, do terceiro turno, que está acontecendo na administração municipal, se repete aqui, isso é muito claro. Me surpreende muito o vereador Leci falar que ele não queria... O vereador Leci, por várias vezes e está na Ata, ele falou mais de uma vez que eu devia, sim, ser candidato. Que ele não esperava nunca que eu teria um voto do lado de lá. E a gente... Eu respeito esse pensamento, vamos dizer assim, o senhor ter voltado atrás, eu respeito plenamente. E respeito mais ainda, vereador, a justiça do nosso país. Ainda que em alguns momentos eu entenda que ela possa ser tendenciosa, mas eu tenho que respeitar. A decisão da justiça foi feita para ser respeitada e é lógico, evidente... Falei ali dentro, mais de uma vez, eu não sou apegado ao cargo, eu achei que devia me candidatar, me candidatei, ganhei a eleição de forma clara, quem estava aqui no Plenário percebeu isso. A minha



primeira fala com o Presidente foi justamente no sentido de consultar o Plenário, mais uma vez, isso está em Ata. Pedi ao Presidente ‘Senhor Presidente, tem uma obscuridade com relação ao Regimento. E tanto eu quanto algumas pessoas não têm um entendimento fechado se eu, tendo sido Secretário no último período, se eu poderia ser, uma vez que o vereador Nélio me substituiu. O meu advogado acha que sim, outras pessoas acham que não. O Senhor consulta o Plenário, como o Plenário é soberano, se o Plenário disser que eu posso ser candidato, o meu nome está colocado’. E assim o fiz. Mas, mais uma vez, respeito a decisão que é da justiça”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu fui citado”. O Senhor Presidente: “eu pediria os vereadores para não citar o nome para a gente prosseguir a reunião, senão a todo momento um vereador vai pedir aparte”. Alguém na plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “o senhor poderia colaborar, o Plenário não pode manifestar, faz favor. Com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu pediria ao plenário para colaborar com...”. O vereador Leci Alves Campos: “eu vou ser breve. Eu vou ser breve para a gente realmente... Gente, eu não quero que vocês tirem essa minha alegria de vê-los aqui hoje, funcionários públicos. Sabem por quê? Eu quero adiantar para vocês que, independente do discurso da Érika, presidente do Sindicato, podem contar comigo de coração, funcionário público. Tá? Podem contar, já adianto isso e me coloco à disposição de todos vocês para a gente bater um papo bacana e deixar bem claro que tudo o que é seus será sempre seus. Eu gostaria de... Eu vou ser rápido. Eu sou administrador de empresas... Pessoal. Eu sou administrador de empresas, registro no



Conselho Regional de Administração no número 10996. Eu não sou advogado, não sou bacharel em Direito. E no momento que estava se falando aqui, na semana passada, sobre a possibilidade de determinado vereador ser ou não ser candidato, eu não tinha ainda pensado juridicamente porque, repetindo, não sou advogado. Então, eu disse sim que a meu ver não teria problema. Mas quando chegou na antessala, o corpo jurídico desta Casa esclareceu que não estava de acordo. Mesmo assim, o Presidente colocou em votação, eu fui contra a participação do colega para ser candidato a Secretário. Então, eu não vejo problema nenhum. A gente aqui, enquanto vereador, tem que pensar muito bem antes de falar porque tem questões jurídicas que envolvem muito a nossa cidade. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “em resposta à solicitação da vereadora Ângela Lima...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu já posso assumir a Secretaria que o senhor me convocou?”. O Senhor Presidente: “pode”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem, só um minuto, por favor. É uma sugestão, Senhor Presidente. A sugestão minha, Presidente, já foi...”. O Senhor Presidente: “eu pediria silêncio, gente. Por favor, o plenário, eu pediria silêncio para a gente prosseguir a nossa reunião com ordem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “viu, Senhor Presidente, é questão só para contribuir com a Casa para andar. O Oficial de Justiça já assinou, já resolveu tudo, já discursaram, o povo está esperando, vamos tocar a reunião para eles terem condições de vim falar aqui. É só para manter a pauta. Senhor Presidente, é só para manter a pauta”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, só um minutinho, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “mas é exatamente o que eu estou fazendo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “muito



obrigado, Presidente. Eu estou com a palavra, Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu vou colaborar com a Casa nesta noite, que está repleta de servidores públicos, e vou retirar de pauta os meus três requerimentos para a gente acelerar e vocês participarem”. O Senhor Presidente: “eu quero dar as devidas explicações para a vereadora Ângela Lima sobre o problema da área do Vale da Esperança, também é uma grande complicação. Nós estamos com o pessoal da Câmara que é muito capacitado. Tem problema naquela área, por isso nós não vamos colocar nenhum projeto a toque de caixa. Nós, quando colocarmos em pauta é porque estão esclarecidas todas as dúvidas. Com relação ao projeto da anistia, é outro muito complicado. Eu já conversei com o prefeito. Este projeto da maneira que ele está sendo... Que ele chegou aqui na Câmara, ele não vai beneficiar principalmente a classe média e a classe pobre. Ele não vai beneficiar em nada, ao contrário, vai prejudicar porque a prefeitura estabeleceu setenta metros quadrados de área e cem metros quadrados, e nós queremos que seria setenta mil, nós passaríamos o valor para cem mil reais. E de setenta metros quadrados passar para cento e vinte metros quadrados para isentar o pessoal da multa. Porque se a pessoa tiver uma casa ou um barraco de setenta metros quadrados, ele vai ser penalizado, acima de setenta metros. Então, nós queremos chegar a cento e vinte metros quadrados para a pessoa, o dono do imóvel não pagar multa”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.523/2015, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Maria Dias Siqueira. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem,



Senhor Presidente. Mais uma vez em respeito à Casa cheia eu vou retirar os dois projetos de pauta 1.523 e 1.524, porém...”. O Senhor Presidente: “eu pediria a todos os vereadores que tem nesta noite requerimentos que retirasse para a gente agilizar com mais rapidez esta reunião”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, continuo com a questão de ordem. Eu estou retirando os projetos, mas eu quero fazer um minuto de consideração. Eu ia me inscrever no Grande Expediente, mas como vai tomar muito tempo, eu vou falar aqui para ser rápido. Eu vejo que nesta Casa nos últimos tempos há confusões em cima de confusões, todas as noites que tem reunião, atrasam a reunião, atrapalham o andamento das pessoas que vem buscar solução. E tudo por causa do chamado Regimento. Tem colegas aqui que dizem ‘ah, a Câmara, esse Plenário é soberano’. O Plenário não é soberano ao Regimento. O Regimento tem sido ignorado nesta Casa constantemente. ‘Ah, eu quero falar, está fora do Regimento, vamos abrir uma exceção’. Nós somos culpados que eu também já concordei com isso, mas está errado. Aí quando não convém ao mesmo vereador colega, ele impede o andamento de um projeto porque está no Regimento que ele não pode andar. Então, eu queria fazer só uma observação, de hoje em diante, enquanto vereador eu for, de minha parte não passará nada que estiver fora do Regimento. A partir de hoje, ele vai ser o travesseiro da minha cama, vou lê-lo todos os dias. Qualquer coisa que tiver fora do Regimento eu vou fazer interpelação e se o senhor não ouvir, eu vou acionar na Justiça porque o Plenário não pode ser soberano ao Regimento naquilo que contém no Regimento, ele só é soberano ao Regimento naquelas demandas que não estão contidas dentro do Regimento. Muito obrigado”. 2) Projeto de Lei nº 1.524/2015, autoria do



vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Geraldo Mateus da Silveira. Retirado de pauta pelo autor. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente Projeto de Lei nº 1.520/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2016 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.522/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre campanha permanente de combate à pedofilia e exploração sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.525/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Assegura aos irmãos vaga no mesmo estabelecimento de ensino da rede pública municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 139/2015, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Educação mediante alterações dos artigos 96 e 99 da Resolução nº 09/1990, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente: “segunda parte, discussão e votação de projeto,



inexistente. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. Eu vou consultar o Plenário, se o Plenário concordar nós não faremos a votação dos requerimentos nesta noite. Os vereadores que concordam em retirar todos os requerimentos permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Nove votos, ausência do vereador Gilson Marques. Cumprindo determinação judicial, convoco a eleição para Secretário da Casa, da Mesa Diretora para quinta-feira, dia dezoito, às onze horas, neste Plenário, saindo todos os presentes cientes. Então, ficam convocados para dia dezoito, às onze horas, todos aqui para que possamos realizar a nova eleição do Secretário. Quero fazer um registro nesta noite. Na oportunidade, registro em reunião que em uso do Grande Expediente, este vereador equivocou-se quanto ao nome do Sr. Cosme Borges, tendo citado por equívoco o nome de Mário Borges na última reunião sobre a fala do Villa Nova. Quarta parte, apresentação de oradores inscritos. Vereador Nélio Aurélio de Souza e vereador José Geraldo Guedes”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou deixar essa... São três pessoas que pediram que eu lesse isso hoje, mas no meu entender são mais importantes eles que estão aqui. Eu não vou falar no Grande Expediente”. O Senhor Presidente: “eu também em respeito ao público que aqui já está desde as dezoito horas na Câmara Municipal, eu deixarei para fazer o uso da Tribuna na próxima reunião. A Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais fará uso da palavra, a senhora Érika. Convido a senhora para fazer parte da Tribuna”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de dirigir à Érika, Presidente do Sindicato, você vai fazer uma explanação agora e eu creio que apesar de que vai ser gravada, se você puder me passar amanhã uma cópia, eu fico



muito grato. Obrigado”. A senhora Érika Fernanda de Souza Ferreira, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima proferiu o seguinte discurso: “Boa noite a todas e todos. Gostaria de iniciar minha fala cumprimentando a vereadora Ângela Lima, especialmente pelo fato do SINDSERP defender a igualdade de gênero e por considerar que a mulher, cada vez mais, tem contribuído decisivamente, com sua participação, em todas as esferas de poder, para melhorar a sociedade. Estendo meus cumprimentos aos demais vereadores e também às demais servidoras e servidores aqui presentes. O SINDSERP acaba de completar dez anos de existência e, neste período, muitas foram as dificuldades que enfrentamos para alcançar conquistas e ampliar os direitos dos servidores públicos municipais. Foram lutas travadas tendo sempre o respaldo dos trabalhadores da categoria às nossas ações e que, de maneira alguma, resultaram da boa vontade ou de simples benesses concedidas pelos gestores do município. Dentre as inúmeras conquistas que obtivemos, fruto da intensa mobilização da categoria e da unidade do Sindicato, nos limitaremos a destacar algumas, como a correta implementação do plano de cargos e salários, a redução da carga horária de algumas categorias, o tíquete refeição para todos os servidores, independentemente de sua carga horária, plano de saúde, pagamento de extensão de escolaridade a todos os servidores, mudança na forma de pagamento da insalubridade, que passou a ter como base de cálculo o salário base, apostilamento, pagamento da gratificação de produtividade, batizado hoje como “retorno de férias”, dentre outros. Vale destacar que as conquistas e direitos foram incluídos em nossos acordos coletivos de trabalho após serem analisados, votados e ratificados pelos vereadores que sempre estiveram ao lado



dos servidores. Em todas as ocasiões nas quais, por meio das negociações com a prefeitura, encontrávamos dificuldades em avançar em alguns de nossos pleitos, recorriamos a esta Casa, pois a reconhecemos e aos parlamentares que aqui exercem seus mandatos como um verdadeiro e legítimo instrumento de representatividade dos interesses e anseios da população nova-limense, da qual, obviamente, faz parte um grande número de servidores públicos. Esta Casa é o canal entre os servidores e o Executivo e, como já dissemos, nos momentos de dificuldades, os vereadores sempre mostraram-se abertos para que o Sindicato aqui trouxesse e obtivesse as informações necessárias para garantir segurança à aprovação de quaisquer acordos. Esta Câmara de Vereadores sempre reconheceu o Sindicato como legítimo representante da categoria, muitas vezes não permitindo interferências pessoais ou mesmo político partidárias em processos de negociações coletivas, num gesto que evidencia o compromisso desta Casa com o bem-estar geral dos servidores públicos. Nova Lima sempre foi um município que apresentou uma arrecadação favorável, o que, diga-se de passagem, nunca foi um instrumento facilitador das lutas do Sindicato na defesa dos interesses da categoria. E se naqueles momentos em que a situação do ponto de vista econômico era propícia para Nova Lima, tais embates já eram complicados, agora, com a recessão econômica pela qual passa o município, estas dificuldades são ainda maiores. Sob este contexto, em nossa avaliação, o prefeito tem conduzido as questões fiscais do município de maneira temerária e quando os vereadores tentam cumprir o papel que lhes cabe, ou seja, de fiscalizar o Executivo e deliberar sobre os projetos de lei enviados, o governo, simplesmente, tem jogado a população contra esta Casa Legislativa,



numa demonstração de evidente falta de respeito à separação e autonomia dos poderes. Um bom exemplo foi o ano passado, quando o governo enviou para esta Casa uma peça orçamentária de 720 milhões de reais. Naquela ocasião, os vereadores resistiram em aprovar tal orçamento, solicitando um estudo mais aprofundado sobre a matéria, mas o município, por sua vez, jogou as entidades subvencionadas contra os parlamentares desta Casa a fim de que votassem tal orçamento que, na verdade, se mostrou uma peça fictícia. O objetivo claro, naquele momento, era de ter um orçamento superestimado, o que daria ao prefeito ampla margem de fazer as chamadas manobras fiscais. Este fato volta a se repetir em 2015, já que o município, mesmo com uma arrecadação em forte declínio, mandou uma peça orçamentária com previsão de arrecadação de 600 milhões de reais para ser votado pela Câmara. Mas os vereadores, no legítimo papel de poder fiscalizador, ao tentar verificar se os dados fornecidos pela prefeitura estavam coerentes com a realidade, foram, mais uma vez, atacados e “jogados” contra a população. Agora, estamos vivendo uma situação em que o prefeito afirma que o orçamento não é realizável, porém, desrespeita frontalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que, para fazer qualquer corte no Orçamento, ele deveria mandar para esta Casa Legislativa as emendas necessárias para tal procedimento, o que, todavia, não foi feito. Ao não apresentar as medidas de cortes orçamentários e nem fornecer informações oficiais que confirmem tal dificuldade pela qual passa o município, o prefeito desrespeita a Constituição Federal, particularmente quando esta, em uma de suas cláusulas, garante o livre acesso à publicidade dos atos praticados pela administração pública. Ao trabalhar com este orçamento fantasioso, o governo empenhará despesas e



assumirá compromissos que, ao final do exercício, não conseguirá cumprir a contento, o que, por extensão, aumentará ainda mais a dívida municipal. Vale ressaltar que o SINDSERP, ao negociar a pauta de reivindicações dos servidores com o município, sempre leva em consideração, até por uma questão de respeito, transparência e lisura com a coisa pública, o orçamento votado e aprovado nesta Casa, uma vez que pressupõe que os dados apresentados pelo governo são verídicos. Entretanto, com a atitude de encaminhar um orçamento em que os dados não se baseiam na situação real do município, o governo não apenas prejudica as negociações das demandas da categoria, bem como, atenta, sobremaneira, contra os trabalhos legislativos desta Casa, que devem ser feitos com o máximo de cuidado, uma vez que os vereadores são representantes do povo. Neste sentido, o SINDSERP, como legítimo representante dos servidores públicos, se vê no dever de apresentar algumas propostas que possam vir a ser tomadas pelo Executivo. Atualmente, em Nova Lima, que tem uma população de oitenta mil habitantes, existem vinte e oito secretarias em funcionamento, além de seis coordenadorias, o que, em nossa avaliação, é um número absurdo e excessivo, já que tal estrutura gera gastos desnecessários. Para se ter uma ideia, Minas Gerais, por exemplo, para gerir todas regiões do estado, conta com vinte secretarias. Além disso, o salário recebido pelo prefeito, pela vice-prefeita e os gastos com seus secretários geram um impacto da ordem de R\$ 5 milhões de reais anuais. Ou seja, trinta pessoas são responsáveis por “embolsar” mais de 1% de tudo que o município arrecadar este ano. Vocês ouviram bem? Vou repetir: trinta pessoas são responsáveis por “embolsar” mais de 1% de tudo que o município arrecadar este ano. É por situações como esta que



consideramos importante, também, que os vereadores fiscalizem a criação de cargos comissionados, através de decretos, visto que tais cargos devem ser criados seguindo os trâmites legais, o que apenas esta Casa, de maneira autônoma e independente, pode validar. Frente a este momento em que o município atravessa dificuldades econômicas com a redução da arrecadação, o SINDSERP defende que seja reduzido o quadro de integrantes do secretariado, de modo a se enquadrar na nova realidade econômica de Nova Lima. O SINDSERP também defende a redução de cinquenta por cento das secretarias municipais, bem como, a extinção de secretarias obsoletas, que apenas geram despesas desnecessárias, e a transformação de outras secretarias em departamentos, se for o caso. Além disso, o SINDSERP se posiciona de maneira firme pela redução salarial de pelo menos trinta por cento nos salários do prefeito, da vice-prefeita e também daqueles que ocupam cargos no primeiro e segundo escalões do governo. São exigências que se fazem necessárias e urgentes uma vez que tal cenário de incertezas que cercam o município tem feito com que a sociedade nova-limense seja tremendamente prejudicada. Para o SINDSERP, não é justo que os servidores públicos efetivos e aqueles que recebem os menores salários sejam responsáveis por arcar com o ônus da má gestão da cidade. Como consequência desta situação, temos assistido ao fechamento da escola de dança, do curso preparatório para o ENEM e já convivemos com a ameaça, no próximo semestre, de encerramento das atividades do Centro Municipal de Promoção à Empregabilidade, o CEMPRE, que oferece, gratuitamente, aulas de espanhol e inglês. E pasmem: o município que, nos últimos anos, se destacou em indicadores de desenvolvimento social e humano, está na iminência de ter



eliminadas políticas públicas voltadas para as camadas de maior vulnerabilidade social. Há, ainda, o risco de que o sexto ano volte a ser administrado pelo Estado, o que vale ressaltar, foi uma conquista importante trazida para Nova Lima pela atual vereadora Ângela Lima, quando a mesma ocupava o cargo de Secretária de Educação do município. Além dos prejuízos à sociedade, tal cenário de incertezas se estende aos locais de trabalho dos servidores públicos, que passam a conviver com ameaças de cortes de benefícios, exonerações dos funcionários não estáveis, dentre outras, boatos que, no entanto, não se confirmam pela falta de informações oficiais do governo. É uma situação também que gera insegurança, tensão e apreensão entre os servidores, o que, obviamente, afeta até mesmo a condição psicológica dos trabalhadores da categoria. Diante dos fatos expostos, o SINDSERP, respaldado pela assembleia geral da categoria, tomou a atitude, acertada, em nossa opinião, de suspender as negociações da Campanha Salarial deste ano, mas, ao mesmo tempo, reforça a defesa do acordo coletivo que assinamos no ano passado. Salientamos que a pauta de reivindicações da categoria, que resultou na assinatura do acordo coletivo de 2014, foi construída com base no orçamento de R\$ 720 milhões de reais, enviado pelo prefeito à Câmara, votado e aprovado pelos vereadores, o que pressupõe a sua veracidade. Ainda assim, lamentavelmente, temos visto hoje alguns vereadores reproduzirem declarações que não têm qualquer conexão com a realidade dos fatos, dizendo, por exemplo, que o acordo de 2014 teria sido o grande responsável por extrapolar o limite máximo de gasto com pessoal permitido em lei. Em nossa avaliação, os parlamentares que reproduzem tais discursos incorrem em grave erro, uma vez que devem ser os primeiros a conhecer a



realidade financeira e econômica do município, já que são os verdadeiros responsáveis por fiscalizar o mesmo. Todavia, vale ressaltar, que o acordo coletivo de trabalho pactuado em 2014 não causou impacto superior a dez por cento na folha de pagamento e, caso fosse revogado na íntegra, ainda assim estaríamos com os gastos de pessoal superiores aos permitidos em lei. Em relação à Campanha Salarial 2015, para que as negociações sejam retomadas, é necessário que tenhamos segurança em todas as questões que envolvam o orçamento do município, sobretudo, a transparência em relação às informações e, neste sentido, esperamos que esta Casa exerça seu papel na fiscalização e também na disponibilização dos dados. Reiteramos que o SINDSERP já solicitou tais informações em duas oportunidades: no dia 29 de maio, junto ao Executivo, e no dia 3 de julho, junto à Câmara, mas, até o presente momento, nenhum documento oficial nos foi entregue. Por isso, é necessário que os poderes assumam suas responsabilidades em relação aos preceitos constitucionais, principalmente no tocante a publicidade dos dados, para que possamos continuar negociando as reivindicações que visam, em síntese, melhorar as condições de trabalho, salário e vida dos servidores. Por fim, sabendo da seriedade desta Casa e do compromisso firme dos vereadores com os servidores e a sociedade nova-limense, solicitamos, mais uma vez, da mesma forma que em anos anteriores, que estes nobres parlamentares legislem na defesa das conquistas e benefícios dos trabalhadores da categoria, ou seja, que rejeitem todos os projetos encaminhados pelo Executivo que coloquem sobre risco os direitos dos servidores e, por extensão, a prestação de um serviço de qualidade para a população de Nova Lima.



Obrigada”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____